

INDO ÀS RAÍZES DOS PROBLEMAS SOCIAIS: ECONOMIA POLÍTICA RADICAL AMERICANA ONTEM E HOJE

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho (Professor Adjunto do DCECO/UFSJ)

RESUMO: O movimento da economia radical americana abarca um conjunto de contribuições ao pensamento econômico desenvolvidas a partir dos anos 1960, de forma crítica, histórica, realista, em constante diálogo com as outras ciências humanas e voltadas a investigar temas fundamentais, mas negligenciados pela teoria econômica convencional, tais como o racismo, o patriarcado e o imperialismo. O objetivo deste artigo é apresentar as continuidades e rupturas do movimento da economia radical entre seus anos iniciais e o período atual: mudanças na filiação teórica das ideias radicais, passagem de um posicionamento predominantemente revolucionário a um reformista, internacionalização e aumento do protagonismo feminino.

PALAVRAS-CHAVE: Economia política radical americana; nova esquerda; economia heterodoxa.

Trabalho submetido ao 20º Seminário de Diamantina

Área 3: História Econômica, do Pensamento Econômico e Demografia Histórica

1. INTRODUÇÃO

A economia política radical americana completou, no ano de 2023, 55 anos de consolidação, desde a fundação da *Union for Radical Political Economics* (URPE), em 1968. No ano de 1969 foi fundado o principal periódico associado ao movimento, a *Review of Radical Political Economics* (RRPE). Desde o final da década de 1960, a economia radical estadunidense vem sendo um dos principais movimentos do pensamento econômico heterodoxo do mundo.

Ao longo do tempo, a economia radical americana passou por diversas transformações. O objetivo principal deste artigo é apresentar as continuidades e as rupturas do movimento entre seus anos iniciais e o período atual. Para isso, a próxima seção apresenta o contexto histórico em que se formou a economia política radical americana. A terceira parte do artigo investiga as principais mudanças na filiação teórica das ideias dos autores radicais. A quarta parte do artigo apresenta a passagem de um posicionamento político predominantemente revolucionário a um posicionamento reformista. A penúltima seção destaca a crescente internacionalização e o aumento da participação feminina no movimento da economia radical nas últimas décadas. A última seção traz considerações finais.

2. O SURGIMENTO DA ECONOMIA POLÍTICA RADICAL AMERICANA

O rótulo economia política radical americana faz referência a um conjunto de contribuições ao pensamento econômico desenvolvidas a partir dos anos 1960, de forma crítica, histórica, realista, em constante diálogo com as outras ciências humanas e voltadas a investigar temas fundamentais, mas negligenciados pela teoria econômica convencional, tais como o racismo, o patriarcado e o imperialismo. A economia radical possui uma forte influência do marxismo, mas não possui uma única linha teórica que a defina. De acordo com MacEwan (*apud* KIM, 2018b, p. 578), “Radical significa raiz, significa ir às raízes das estruturas básicas da sociedade. Isso não significa necessariamente economia marxista; isso inclui a economia marxista, mas inclui outros tipos de economia – o marxismo não é o único”. O contexto histórico no qual o movimento surgiu foi marcado, entre outros fenômenos, pela ascensão de movimentos que se identificavam como a nova esquerda, que procuravam tanto se diferenciar da esquerda tradicional quanto transformar profundamente a sociedade estadunidense.

De acordo com Gosse (2005, p. 2-6), a nova esquerda (*new left*) pode ser considerada um “movimento de movimentos”, que era “consideravelmente maior que a soma de suas partes”. A expressão *new left* foi cunhada nos anos 1950 por comunistas britânicos que questionavam a estrutura hierárquica tradicional dos partidos comunistas. No contexto histórico estadunidense, as lutas contra a segregação racial deram início a um amplo conjunto de movimentos que também ficaram rotulados como uma nova esquerda. Nos anos 1960, a expressão passou a ser usada para se referir ao conjunto dos movimentos negros, estudantis, pacifistas, feministas e outros, do período, que eclodiram especialmente nos países capitalistas mais ricos¹. Muitos desses movimentos estavam interligados. Por exemplo, o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos contribuiu com a formação do movimento estudantil (muito fortalecido pela resistência contra a Guerra do Vietnã), que por sua vez contribuiu com a formação de movimentos feministas (SOUSA, 2009; GOSSE, 2005; KATZNER, 2011)².

1 Existiam diversos movimentos em vários países, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, que possuíam semelhanças com a nova esquerda estadunidense e que não serão objeto deste artigo.

2 Com o intuito de facilitar a leitura do artigo, as citações em língua estrangeira estão traduzidas livremente no corpo do texto.

Ao longo da segunda metade dos anos 1960, a SDS (*Students for a Democratic Society*)³ foi a principal organização do movimento estudantil, congregando milhares de estudantes em torno da luta pelos direitos civis e contra a Guerra do Vietnã. Além disso, promoveu projetos sociais (*Economic and Research Action Project*, ERAP) e procurou impactar de forma significativa a formação dos estudantes e suas carreiras, depois de formados, por meio do Projeto de Educação Radical (*Radical Education Project*, REP), iniciado em 1966. O REP organizou conferências, grupos de estudos e cursos, publicou dezenas de milhares de panfletos promovendo ideias radicais⁴. Uma das iniciativas do projeto era estimular a formação de associações profissionais radicais.

Em julho de 1967, o Projeto Educacional Radical, da SDS sediou uma conferência em Ann Arbor, Michigan, sobre radicais na academia e nas profissões em geral e em janeiro de 1968 fez uma nova conferência sobre o mesmo tema. Nos dois anos seguintes, grupos de radicais foram estabelecidos nas associações profissionais, ou paralelamente a elas, nas áreas de antropologia, ciência política, criminologia, história, sociologia, assistência social, pedagogia, computação, comunicação, inglês, línguas modernas, arte e psiquiatria (LEE, 2009, p. 59-65; ATTEWELL, 1984, p. 13-17; MCMILLIAN, 2000). Os economistas radicais optaram por criar uma associação alternativa à *American Economic Association*, fundando a *Union for Radical Political Economics* (URPE).

Alguns dos fundadores da URPE foram Samuel Bowles, Barry Bluestone, Gene Coyle, Herbert Gintis, Art MacEwan, John Pool, Michael Reich, Tom Weisskopf e Howard Wachtel (URPE, 2021). A URPE foi estabelecida ainda em 1968 e, no ano seguinte, foi criada a *Review of Radical Political Economics* (RRPE)⁵. No ano de fundação da URPE, essa instituição, em um documento originalmente esboçado por Howard Wachtel, via suas diretrizes da seguinte maneira:

3 A SDS cresceu muito devido aos protestos contra a Guerra do Vietnã. Mas esse crescimento acabou enfraquecendo a organização a médio prazo. Em 1966 um grupo maoísta, o Partido Trabalhista Progressista (*Progressive Labor Party*) se infiltrou na organização. Nos anos seguintes, lutas sectárias enfraqueceram a organização, que perdia boa parte de seus membros à medida que se radicalizava. Um dos grupos que se originou da SDS foi a *Weather Underground Organization*, que defendia a luta armada a nível global contra os EUA e as potências imperialistas. Com o colapso da SDS, muitos de seus ex-membros continuaram construindo movimentos associados com a nova esquerda (SOUSA, 2009; GOSSE, 2005, p. 100-101).

4 Os termos radical e radicalismo começaram a ser usados com frequência entre os séculos XVII e XIX, inicialmente na França e, posteriormente, na Inglaterra e nos Estados Unidos, nos contextos do enfraquecimento dos laços tradicionais feudais, dos cercamentos de terras, da formação de um grande contingente populacional desconectado da vida agrária tradicional, das reformas protestantes, das revoluções burguesas e da primeira revolução industrial, para identificar um conjunto heterogêneo de ideias e de movimentos que defendiam a reestruturação profunda da sociedade (COLOMBO, 1998; BOTTOMORE, 1970; MATA, 2005). Nesse primeiro momento, os autores e movimentos radicais defendiam, entre outras pautas, a introdução do sufrágio universal masculino, a abolição da monarquia e a instauração da república, o fim dos privilégios da nobreza, a independência de colônias, o fim da proibição das organizações operárias, a separação entre Igreja e Estado, o estabelecimento de instituições de saúde pública e a organização de um sistema público universal de ensino básico. Nas décadas de 1960 e 1970, diversos movimentos que passaram a ser rotulados, ou autoidentificados, como radicais lutavam a favor de pautas que incluíam a reforma dos sistemas democráticos (que passavam pela construção de ferramentas de democracia participativa, por exemplo), o combate ao racismo, o feminismo, o ambientalismo, os direitos da população homossexual, o pacifismo, a denuclearização, a construção ou o fortalecimento de instituições de bem-estar social (COLOMBO, 1998; BOTTOMORE, 1970; MATA, 2005; SDS, 1962).

5 Outros periódicos radicais estadunidenses fundados nas décadas de 1960 e 1970 incluem: *Dialectical Anthropology*, *Radical Therapist*, *Crime and Social Justice*, *Radical Teacher*, *The Black Scholar*, *Antipode*, *New German Critique*, *Radical History Review*, *Telos*, *Politics and Society*, *Dialectical Psychology Newsletter*, *Catalyst*, *Insurgent Sociologist*, *Berkeley Journal of Sociology*, *Bulletin of Concerned Asian Scholars*, *Kapitalistate*, *Latin American Perspectives*, *Signs*, *Marxist Perspectives*, *Feminist Studies*, *Left Curve*, *Social Text*, *Theory and Society*, *Contemporary Crises*, *Socialist Review*, *Radical America* (ATTEWELL, 1984, p. 14; GOSSE, 2005, p. 200).

1. É necessária a formulação de uma nova abordagem para os problemas sociais, que procure quebrar os laços da estreita especialização e mergulhe na ciência política, na sociologia e na psicologia. É necessário ressuscitar a noção do economista político.
2. Novos cursos devem ser ensinados nas salas de aula e os cursos ensinados atualmente devem ser mudados para refletir as urgências da atualidade. Um excelente exemplo é o curso de introdução à economia, que necessita urgentemente de uma revolução. Podemos suportar mais uma geração de estudantes treinados pelo [manual do] Samuelson?
3. As prioridades da pesquisa econômica devem ser mais relevantes para o mundo a nossa volta. Uma amostra de novos assuntos que deveriam ser tratados pelos economistas inclui: a economia do gueto; a pobreza na economia americana; o imperialismo internacional; a análise dos grupos de interesse; o complexo industrial-acadêmico-militar, etc. [...].
4. Devem ser formuladas pesquisas conjuntas, para que a pesquisa acadêmica não nos induza a apreender pequenos fragmentos de problemas maiores e inter-relacionados.
5. Os movimentos sociais dos dias atuais precisam de uma análise econômica oferecida de uma maneira sensível. Pelo menos alguns de nós deveríamos responder às necessidades desses movimentos (URPE, 1968, p. 18).

A passagem acima enfatiza o desejo de desenvolvimento e de consolidação de uma forma alternativa de se pensar a economia, em oposição ao pensamento econômico convencional, de forte influência neoclássica. A passagem advoga o retorno à ideia da economia política enquanto uma ciência social inerentemente multidisciplinar, que rejeita a divisão do trabalho predominante no ambiente acadêmico. A economia política em construção deveria ser relevante para o entendimento dos grandes problemas enfrentados pela sociedade e deveria dialogar ativamente com os movimentos sociais.

Algumas das principais linhas de pesquisa desenvolvidas pelos economistas radicais desde as décadas de 1960 e 1970 incluem: origens históricas e o desenvolvimento do capitalismo no mundo e nos Estados Unidos, imperialismo, exploração, o sistema educacional estadunidense, distribuição de renda, macroeconomia, racismo, economia feminista, relações de trabalho, ambientalismo, ciclos econômicos, estruturas sociais de acumulação, alternativas socialistas ao capitalismo (EDWARDS, REICH, WEISSKOPF, 1972; ATTEWELL, 1984; LIPPIT, 1996; KIM, 2018a; WEISSKOPF, 2014).

Os economistas radicais reconhecem que o movimento nasceu a partir da ação de estudantes, professores e pesquisadores ligados à nova esquerda, que estavam mobilizados em prol da defesa da mudança radical da sociedade estadunidense, notadamente dos aspectos econômicos que consideravam ligados ao racismo e ao imperialismo (ZWEIG, 1971a; REICH, 1993; WEISSKOPF, 2014; KIM, 2018a; MATA, 2005). Como será visto nas próximas seções, a mobilização dos economistas radicais estava originalmente associada a ideias predominantemente marxistas e revolucionárias, posicionamentos que foram alterados com o passar do tempo.

3. MUDANÇAS NA FILIAÇÃO TEÓRICA DA ECONOMIA RADICAL

Existe um debate em aberto acerca do posicionamento teórico dos economistas radicais. Alguns intérpretes do movimento o classificam como fundamentalmente marxista enquanto outros o classificam como pluralista heterodoxo. Esta seção tem como objetivo lançar luz sobre essa polêmica, por meio da análise das principais influências teóricas identificadas nos textos publicados na RRPE.

Lee (2009, p. 15-20) classificou os autores ligados ao movimento da economia política radical americana como “marxistas-radicais” e os diferenciou de outras tradições, como a institucionalista, a feminista e a pós-keynesiana. Comentando especificamente sobre os membros da URPE, Fleck (1999, p. 1202) os descreveu como associados a todos os tipos de

escolas heterodoxas de pensamento, incluindo neomarxismo, institucionalismo, pós-keynesianismo, feminismo. A autora argumentou que o marxismo foi dominante, especialmente nos primeiros anos, mas que as demais abordagens têm ganhado força, especialmente a partir da década de 1990.

Lippit (1996, p. 2-8) observou uma grande influência do marxismo na economia radical, mas também a rejeição do “marxismo simplório”, reducionista e teleológico que seria uma “doutrina oficial” na China e na União Soviética⁶. Além do marxismo, o autor destacou a centralidade do institucionalismo e da socioeconomia na formação do pensamento radical. Por seu turno, Wachtel (2008) considerou que o movimento da economia radical foi construído a partir do desenvolvimento das ideias de Marx, Veblen, Ayres, Sweezy, Madgoff, Keynes e, especialmente, da aplicação dessas contribuições ao entendimento dos problemas que afligiam os radicais (WACHTEL, 2008).

Por sua vez, Sherman (1987, p. 4) argumentou que o “paradigma da economia política radical” foi construído em oposição aos paradigmas neoclássico e marxista ortodoxo. A economia política radical incluiria “três ou quatro tradições mais antigas”: a clássica, ricardiana e neo-ricardiana; a marxista; a “keynesiana de esquerda” e pós-keynesiana; a “institucionalista de Thorstein Veblen”. Ainda segundo o autor, “essas tradições se fundiram de certo modo na economia política radical moderna, em diferentes proporções em diferentes autores”.

Mata (2005, p. 44), em pesquisa sobre as origens da economia radical, pontuou que “a maioria” dos economistas radicais era “relutante em assumir o rótulo de marxista” e que quando os radicais observavam o “parentesco” com o marxismo, o faziam rejeitando o que classificavam como o “marxismo tradicional”, ou “marxismo ortodoxo” desenvolvido nos países soviéticos. Mata (2005, p. 45) afirmou ainda que a “maioria dos autores radicais” identificava uma “pluralidade de tradições” na economia radical e sugeriu que “a economia política radical deve ser caracterizada como um todo diverso que inclui a análise marxista, a economia institucional, o keynesianismo de esquerda e a economia social”.

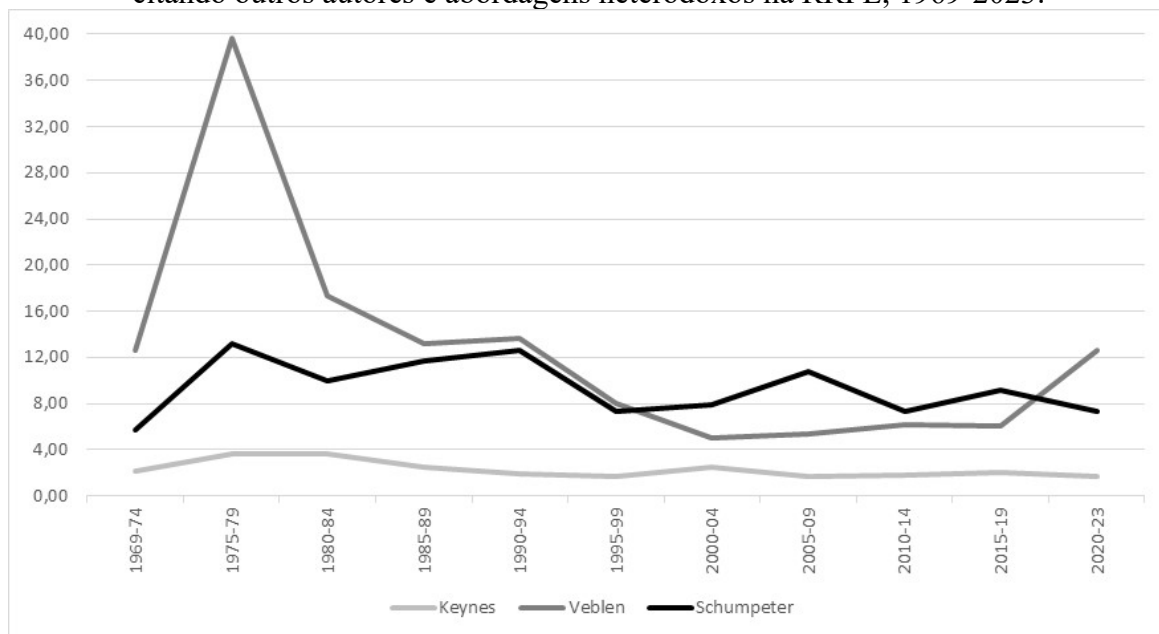
Como veremos, a caracterização de Fleck (1999) é a mais precisa. As evidências textuais analisadas a seguir indicam que os economistas radicais, de modo geral, se identificavam com o marxismo no final da década de 1960 e na década de 1970. A caracterização da economia radical como pluralista é mais adequada para o período compreendido a partir da segunda metade da década de 1980 em diante.

Observando o número de textos publicados na *Review of Radical Political Economics* em que são mencionados alguns dos principais autores e abordagens associados ao pensamento econômico heterodoxo (no Gráfico 1, abaixo), é possível notar a predominância do marxismo, mas também a influência crescente de outras abordagens teóricas.

O Gráfico 1, abaixo, indica que entre 1969 e 1984, o uso de expressões associadas às ideias de Marx na RRPE era, respectivamente, cerca de 2 a 4 vezes, cerca de 12 a 40 vezes e cerca de 6 a 13 vezes mais frequente que o uso de expressões associadas às ideias de Keynes, Veblen e Schumpeter. A partir da segunda metade da década de 1980 e, especialmente da segunda metade dos anos 1990, tem havido um maior pluralismo teórico no principal periódico radical americano. Entre 2000 e 2019, termos relacionados a Marx são citados cerca de 2 vezes mais que os ligados a Keynes, cerca de 5 a 6 vezes mais que os relacionados a Veblen e cerca de 7 a 11 vezes mais que os associados a Schumpeter.

⁶ Sherman (1987, p. 4) também argumenta que na União Soviética existia um paradigma marxista que seria uma “religião oficial”, um “dogma”, seguido por poucos economistas políticos estadunidenses, caracterizados como “marxistas ortodoxos”, ou “fundamentalistas”.

Gráfico 1: Razão entre o número de artigos citando Marx e marxismo e o número de artigos citando outros autores e abordagens heterodoxos na RRPE, 1969-2023:



Fonte: Review of Radical Political Economics. Elaboração própria, com base em dados coletados pela ferramenta Google Scholar⁷.

A posição dos artigos publicados na RRPE sobre autores não marxistas foi bastante modificada entre os primeiros anos da revista e o período mais recente. Schumpeter, por exemplo, era considerado um autor “reacionário”, que construiu um “culto ao empreendedor” (WEEKS, 1969, p. 2-3), um “anti-marxista” que via o empreendedor como o “motor do progresso econômico e social” e contribuía para mascarar as contradições do capitalismo e advogar a “harmonia” do sistema econômico (ZWEIG, 1971b, p. 45-52). Em alguns artigos Schumpeter era mencionado pontualmente como um autor que contribuiu com o entendimento da mudança tecnológica (WEISSKOPF, 1972) e poucos autores que publicaram no final dos anos 1960 e início dos 1970 argumentavam que ele fez “contribuições significativas”, que seriam “mais próximas ao tipo de trabalho realizado por aqueles que têm sido mais críticos à economia ‘burguesa’” (BEHR, GARLIN, MORRIS, ROEHL, 1971, p. 42).

Em artigos das décadas subsequentes, Schumpeter é caracterizado de forma distinta. As contribuições do autor austríaco à teoria monetária são positivamente destacadas (BELLOFIORE, 1985; HARTWELL, 2021) e vistas como possíveis complementos à crítica marxiana da economia política, apesar do caráter “burguês” de sua obra (BELLOFIORE, 1985). Koritz (1992) observou grande potencial analítico na “fertilização cruzada” entre teorias neomarxistas e neoschumpeterianas sobre ciclos econômicos e economia regional. Gualerzi (1994) buscou identificar as contribuições de Schumpeter sobre demanda agregada presentes

⁷ O Gráfico 1 mostra a estimativa dos artigos publicados na RRPE em que aparecem, pelo menos uma vez, expressões associadas às ideias dos quatro autores e das escolas de pensamento econômico inspiradas nas ideias deles. Os termos procurados estão listados abaixo:

Marx: Marx, *Marxist*, *Marxian*, *Marxism*, *neo-Marxist*, *neomarxist*, *neo-Marxism*, *neomarxism*.

Veblen: Veblen, *Veblenian*, *institutionalism*, *radical institutionalism*, *radical institutionalist*, *neo-institutionalism*, *neoinstitutionalism*, *neo-institutional*, *neoinstitutional*, *neo-institutionalist*, *neoinstitutionalist*.

Keynes: Keynes, *Keynesian*, *Keynesianism*, *post-Keynesian*, *neo-Keynesian*, *neokeynesian*, *post-Keynesianism*, *neo-Keynesianism*, *neokeynesianism*.

Schumpeter: Schumpeter, *Schumpeterian*, *neo-Schumpeterian*, *neoschumpeterian*, *neo-Schumpeterianism*, *neoschumpeterianism*, *Schumpeterianism*.

na “Teoria do desenvolvimento econômico”, que contrasta com a ênfase dada por Schumpeter, e reproduzida pela literatura neoschumpeteriana, no lado da oferta, presente notadamente na ação do empresário inovador. Evangelista (2018) caracterizou Schumpeter como um autor que desenvolveu uma “visão [sobre o capitalismo] dinâmica, histórica, institucional e fora do equilíbrio”, fundada na inovação enquanto “motor da competição, da mudança estrutural e do crescimento”, embora também apresentasse, na interpretação do autor, algumas insuficiências fundamentais, como a ênfase no “lado da oferta” e o “otimismo” em relação a possíveis problemas originados da mudança tecnológica, como o desemprego e a concentração de renda. Ainda segundo Evangelista (2018), seria muito importante que os autores neoschumpeterianos debatessem com profundidade os desafios sociais e ambientais relacionados às mudanças tecnológicas e ampliassem o diálogo com outras abordagens heterodoxas, como a pós-keynesiana, a marxista e a institucionalista.

Veblen, por sua vez, nos textos publicados na primeira década da RRPE, era reconhecido como um autor radical, mas apenas mencionado pontualmente, muitas vezes apenas em notas de rodapé, como uma das referências no estudo dos ciclos econômicos (WYCKO, 1975), do patriarcado (ROSENBERG, 1972), da crítica ao pensamento marginalista (ZWEIG, 1971a), da mudança tecnológica no capitalismo (ZWEIG, 1971b) e do imperialismo alemão (CYPHER, 1972; KRESL, 1973).

A partir da segunda metade dos anos 1980, diversos textos publicados na RRPE foram centrados nas contribuições de Veblen. McFarland (1985) procurou apresentar as ideias “radicais” de Veblen, rejeitando as interpretações de Clarence Ayres e de Wendell Gordon, que apresentariam “determinismo tecnológico” e uma empobrecedora “dicotomia” entre tecnologia e instituições. Dugger (1988) apresentou sua interpretação do “institucionalismo radical” vebleniano, diferenciando o institucionalismo tanto da economia neoclássica quanto do marxismo. O autor considerou o institucionalismo como um “amigo crítico”, ou um “primo”, do marxismo. As duas abordagens teriam diversas semelhanças teóricas e metodológicas, embora apresentassem, segundo o autor, posições distintas em relação a dois temas principais: a teoria do valor trabalho e a teoria da história. Mas essas discordâncias não fariam “as duas escolas de pensamento irreconciliáveis” (DUGGER, 1988, p. 2). Mais recentemente, outra polêmica sobre a interpretação da economia evolucionária vebleniana se fez presente nas páginas da RRPE, a polêmica entre veblenianos radicais, críticos do capitalismo, e a proposta de construção do “darwinismo generalizado”, encabeçada por Geoffrey Hodgson, que, segundo os críticos (DUGGER, 2010; LIAGOURAS, 2016), suprimiria os elementos radicais da obra do Veblen.

Nas últimas décadas, o debate sobre a compatibilidade, a complementariedade, ou a oposição entre paradigmas vebleniano e marxista foi aprofundado na RRPE. De um lado, Kirdina (2013) procurou desenvolver uma abordagem em termos de matriz institucional inspirada em autores marxistas e institucionalistas e Mouhammed (2000) argumentou que a incorporação das ideias de Veblen poderia fornecer elementos para o enriquecimento da macroeconomia e da microeconomia desenvolvidos pelos marxistas (por exemplo, por meio da incorporação dos *insights* veblenianos sobre o consumo e sobre o comportamento das firmas). De outro lado, Penner (2011), defendeu que a “complementariedade” e a possibilidade de “incorporação” de elementos da análise de Veblen no paradigma marxista não são claros, devido a diferenças metodológicas fundamentais entre os dois autores, notadamente relacionadas à teoria do valor.

A mudança do posicionamento dos economistas radicais em relação a Keynes também foi significativa. Nos primeiros anos da RRPE, o economista britânico era classificado entre os autores “marginalistas”, “liberais” ou “burgueses” (SWEEZY, 1970; ZWEIG, 1971b; REICH, FINKELHOR, 1970), e se distinguiria desses apenas pela elaboração de uma abordagem que incorporou a atuação consciente do Estado “*deus ex machina*” (HALE, 1976),

do Estado “amigo de todos” (ZWEIG, 1971b), capaz de gerenciar a demanda agregada para procurar construir um mundo burguês de “harmonia e equilíbrio” (ZWEIG, 1971b). Marxismo e keynesianismo eram classificados como correntes profundamente antagônicas. Hale (1976) afirmou que Paul Sweezy era “um marxista e, portanto, um “anti-keynesiano”. Mesmo o pensamento pós-keynesiano foi visto, inicialmente, por um lado, como um importante avanço em relação à economia ortodoxa, por não ser “mecanicista” e incorporar “relações de poder”, mas, por outro lado, como um avanço teórico limitado, elaborado ainda dentro dos marcos de uma “economia burguesa como um aspecto da ideologia capitalista” (MALIZIA, 1975).

Já nas décadas seguintes, a postura dos artigos publicados na RRPE em relação a Keynes mudou significativamente. Estão presentes no periódico artigos que buscam desenvolver e debater diferentes interpretações da “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” (BURKETT, WOHAR, 1987; DUNN, 2019) e o diálogo entre marxistas e pós-keynesianos se intensificou (GOLDSTEIN, 1985; DUTT, 1989), com autores buscando mais complementariedades que divergências entre as duas escolas. Dutt (1989), por exemplo, construiu um modelo “marxista e pós-keynesiano” de determinação da acumulação, da distribuição e da inflação. Nas décadas mais recentes, Keynes tem sido visto como uma das influências fundamentais para a formação e o desenvolvimento da economia radical, como um autor que elaborou ideias fundamentais para o entendimento do capitalismo contemporâneo e de suas crises e como construtor de uma proposta teórica e de política econômica alternativa ao (neo)liberalismo (WACHTEL, 2008; WEISSKOPF, 2012; MARANGOS, 2023; HARTWELL, 2021; KOTZ, 2017).

Ao longo das décadas de 1960 e 1970 havia um debate acerca do caráter fundamental da economia política radical. Alguns autores defendiam que o movimento era, ou deveria ser, primordialmente marxista, enquanto outros radicais defendiam posição pluralista. Nos primórdios do movimento, a primeira posição era mais forte, mas com o passar do tempo a segunda orientação prevaleceu (WACHTEL, 2018, p. 494-499; KIM, 2018a, p. 479; KIM, 2018b, p. 578-581).

As mudanças de orientação teórica da economia radical podem ser observadas nas alterações das sugestões editoriais da RRPE ao longo do tempo. Nos primeiros quatro anos do periódico não havia nenhuma delimitação explícita do escopo da revista. O editor principal durante os primeiros anos da publicação apenas estabeleceu que a RRPE publicaria artigos e resenhas que “contribuam para o desenvolvimento de uma análise da sociedade” do ponto de vista da “economia política radical” e “auxilie indivíduos e grupos trabalhando para uma mudança radical da sociedade americana” (WACHTEL, 1970).

Entretanto, no primeiro número da revista publicado no ano de 1973, o Comitê Editorial estabeleceu a política editorial de “solicitar artigos que contribuam para o desenvolvimento de um movimento igualitário, anti-capitalista que lutará pela transformação revolucionária da sociedade americana” e sugeriu entre os temas relevantes para esse propósito, “a análise do desenvolvimento histórico, do funcionamento atual e das contradições emergentes do sistema capitalista”, a análise metodológica da “ciência social radical e burguesa”, o estudo de “países socialistas” e a investigação de possíveis “alternativas socialistas para a América” (RRPE, 1973, p. ii). Por fim, o Comitê Editorial não definiu a economia radical de “nenhuma maneira estreita, dogmática ou sectária”.

No ano seguinte, a política editorial foi revista, mas apenas por um curto período. O primeiro número do sexto volume do periódico apresentou orientações editoriais explicitamente marxistas. Os editores argumentaram que “algo muito interessante aconteceu na reunião de outono do Comitê Editorial”: ocorreu uma discussão sobre o caráter da revista e “um consenso pareceu emergir”, estabelecendo dois pontos principais (RRPE, 1974a, p. ii). Em primeiro lugar, a revista foi caracterizada como uma publicação científica e não voltada ao público amplo. Em segundo lugar, houve o entendimento de que a publicação deveria “ajudar

a promover o desenvolvimento de uma ciência social radical específica: o marxismo”. Não teria ocorrido “virtualmente nenhum dissenso quanto à opinião de que não existe uma alternativa real ao marxismo como ciência para analisar a sociedade humana contemporânea” (RRPE, 1974a, p. ii). O Comitê Editorial, entretanto, recusou qualquer tipo de “sectarismo” e de identificação da publicação com qualquer partido político ou movimento específico. Essas recomendações editoriais sofreram pesadas críticas e foram descartadas já nos números seguintes da RRPE, que suprimiu qualquer orientação teórica específica (O’HARA, 1995; MATA, 2005).

No início da década de 1980, o Comitê Editorial do periódico estabeleceu uma “ampla definição da economia radical”, que incluiu, mas não se limitou a abordagens relacionadas a: “marxismo, institucionalismo, abordagem de Cambridge, patriarcado, social-democracia, anarquia, feminismo e trotskismo” (RRPE, 1983).

Desse modo, a economia radical continua tendo presença dos marxistas mais significativa que de autores ligados a outras abordagens, mas vem reconhecendo a importância de contribuições heterodoxas em geral, incluindo, mas não se limitando às pós-keynesianas, sraffianas, institucionalistas radicais e da economia feminista, como as próprias orientações editoriais atuais da RRPE reconhecem:

A Review of Radical Political Economics (RRPE) promove investigação crítica em todas as áreas da realidade econômica, social e política. Como jornal da *Union for Radical Political Economics*, a RRPE publica pesquisas inovadoras em economia política amplamente definida, incluindo, mas não se limitando a, economia marxista, economia pós-keynesiana, economia sraffiana, economia feminista e economia institucional radical. Estamos buscando ativamente submissões interessadas com política, história do pensamento, economia e meio ambiente conforme se relacionam com a economia política radical. A RRPE reflete uma abordagem interdisciplinar para o estudo, desenvolvimento e aplicação da economia política radical aos problemas sociais (RRPE, 2023).

Boa parte dos textos publicados na RRPE adota posição teórica marxista, embora não haja uma interpretação única do marxismo desenvolvida pelos economistas radicais e não haja uma preocupação em utilizar e interpretar as ideias e categorias de Marx como um todo. O marxismo é utilizado, muitas vezes, de forma ampla, por vezes rotulada como neomarxista (MATA, 2005; REICH, 1993, 2000; FLECK, 1999; KIM, 2018b; WEISSKOPF, 2012). Há utilização, por exemplo, de interpretações sobre classes sociais, ou frações de classe, e abordagens críticas sobre as contradições do capitalismo, mas não é frequente a preocupação com a teoria do valor, ou com a interpretação de possíveis temas polêmicos presentes em “O Capital”, por exemplo⁸. Desde a década de 1980, outras abordagens teóricas – entre as quais o feminismo, o institucionalismo, o keynesianismo – têm ganhado força e a economia radical se transformou em um movimento plural. A mudança do posicionamento dos economistas radicais em relação aos teóricos não marxistas está relacionada à mudança do posicionamento político descrita a seguir.

⁸ Um último ponto dessa inflexão teórica da economia radical que deve ser comentado é o abandono do projeto de construção de um paradigma. O termo paradigma foi utilizado, especialmente no início da década de 1970, pelos economistas radicais, com base no trabalho do físico e filósofo da ciência Thomas Kuhn, para indicar a rejeição ao paradigma “ortodoxo”, ou “burguês” da economia dominante e a necessidade da adoção e do desenvolvimento de um paradigma “radical”, “marxista” ou “de conflito” (SWEEZY, 1970; ZWEIG, 1971b; MATA, 2005). Entretanto, observando as contribuições radicais em retrospecto, é possível afirmar que a economia radical “não desenvolveu um novo quadro analítico ou paradigma coerente para abordar os problemas econômicos” e que a comunidade de economistas radicais “é bastante eclética na utilização de uma variedade de ferramentas analíticas no seu esforço para contrariar a tendência de direita no pensamento econômico” (WEISSKOPF, 2018, p. 441). Mata (2005, p. 157) indica que, em meados dos anos 1970, a URPE “abandonou o projeto de desenhar e promover um paradigma radical”. Críticos associam a falta de um paradigma unificador a alguns dos problemas teóricos do movimento, que não são objeto deste artigo (MAVROUDEAS, 2006; COUTROT, 2009; MELLO FILHO, 2019).

4. PASSAGEM DO POSICIONAMENTO REVOLUCIONÁRIO AO REFORMISTA

No final da década de 1950 e nos primeiros anos da década seguinte, os movimentos da nova esquerda, de modo geral, adotavam posições reformistas, centradas nas demandas dos direitos civis, na defesa de maior participação popular e na reivindicação da ampliação de políticas de bem-estar social.

Na segunda metade da década de 1960, setores significativos da nova esquerda, inclusive a SDS⁹, ficaram crescentemente descrentes da possibilidade de mudança significativa da sociedade americana pelos meios institucionalizados e começaram a advogar abertamente posições revolucionárias. Pesquisas de opinião realizadas em 1968 indicavam que milhões de estudantes estadunidenses se consideravam “revolucionários”, ou “radicais” (GOSSE, 2005, p. 100). Um dos economistas radicais mais célebres, Weisskopf (2014, p. 438), argumentou que “[d]e fato, a maioria de nós esperava que a mudança revolucionária fosse realmente possível nos Estados Unidos durante nossa vida”. Fatores nacionais e internacionais contribuíram para essa guinada revolucionária de parte significativa da nova esquerda.

Do ponto de vista internacional, na década de 1960 e ao longo da década de 1970, movimentos revolucionários de orientação socialista conseguiram importantes vitórias ao redor do mundo. As experiências da União Soviética, da China, de Cuba, do Vietnã, de diversos países de independência recente na África e na Ásia, entre vários outros exemplos, pareciam apontar para o socialismo como um paradigma social que estava crescentemente substituindo o capitalismo.

Do ponto de vista da política estadunidense, o principal fator de estímulo ao crescimento de posições revolucionárias foi o recrudescimento da Guerra do Vietnã. Ao longo de 1967 e 1968, os protestos se ampliaram e a rejeição à guerra se popularizou no país. A ofensiva do Tet, o Ano Novo vietnamita, comemorado em 31 de janeiro, foi caracterizada por uma séria de ataques humilhantes às tropas americanas. Além disso, outros fatos contribuíram para o desgaste da via política convencional. Ao longo de 1968, Johnson desistiu de se candidatar à reeleição, Martin Luther King, que havia recentemente defendido uma “forma democrática de socialismo” (MATA, 2005, p. 56), foi assassinado, o que provocou ondas de protestos e revoltas em 120 cidades. Em junho de 1968, Robert Kennedy, pré-candidato democrata à presidência foi assassinado. A convenção do Partido Democrata, em Chicago, que escolheu Hubert Humphrey, político pró-guerra, como candidato, foi acompanhada de uma gigantesca mobilização popular e de uma violenta repressão, que ampliou a rejeição ao partido. Richard Nixon foi eleito presidente no final do ano, com uma campanha ambígua em relação à guerra¹⁰. A desilusão em relação à política convencional foi bastante ampliada e diversos movimentos, incluindo setores da própria SDS, passaram a defender a ideia, ainda que bastante abstrata, de uma revolução nos Estados Unidos (GOSSE, 2005; SOUSA, 2009; MATA, 2005).

⁹ O posicionamento abertamente revolucionário não estava presente no principal manifesto da SDS, o *Port Huron Statement* (SDS, 1962), que, porém, defendia reformas profundas da sociedade estadunidense. Na SDS, o Secretário Nacional Greg Calvert (1966) é considerado a primeira liderança a rotular o movimento como “revolucionário” (SALE, 1974, p. 205-208; SOUSA, 2009, p. 230-232), ecoando uma maior radicalização presente no movimento e que marcaria a primeira geração de economistas radicais.

¹⁰ A presidência de Nixon (1969-1974) assistiu tanto à incorporação das pautas contra a Guerra do Vietnã na política tradicional bipartidária quanto a “vietnização” do conflito, a substituição de tropas estadunidenses por tropas do Vietnã do Sul e a ampliação dos maiores ataques aéreos da história, inclusive direcionados ao Laos e ao Camboja, violando leis internacionais e dos próprios EUA. A administração Nixon também violou diversas outras leis, ao generalizar a espionagem sobre milhares de pessoas consideradas subversivas: desde panteras negras até progressistas do Partido Democrata, passando por jornalistas e membros de diversos segmentos dos movimentos estudantis e pacifistas. O escândalo de Watergate trouxe à tona esse submundo do sistema de vigilância estadunidense e culminou no processo de impeachment e na renúncia de Nixon.

Foi nesse contexto extremamente turbulento, no qual parcela significativa dos movimentos sociais defendia posições revolucionárias, que foi fundada a URPE, em 1968. Nos primórdios da RRPE, alguns economistas radicais procuravam demarcar as posições das escolas de pensamento econômico tomando como referência o apoio ou a rejeição a propostas revolucionárias. Zweig (1971a, p. 43), em artigo originalmente publicado em 1968, identificou dois tipos fundamentais de pensamento econômico prevalentes na época: “trabalhos neoclássicos burgueses; e a economia política radical (possivelmente marxista ou neomarxista)”. Em relação ao primeiro tipo de teoria, Zweig (1971a, p. 67-73) argumentou que o marginalismo, voltado a “pequenos ajustes, na margem, de grandes agregados”, seria tanto “pernicioso quanto irrelevante”. O marginalismo impediria a elaboração de “grandes questões” e não seria adequado ao pensamento radical, ou à “mudança revolucionária”; ao contrário, seria “contra-revolucionário”. Ao usar o marginalismo, a economia convencional procuraria se mostrar como uma ciência “neutra”, quando na verdade defenderia posições conservadoras ou, na melhor das hipóteses, reformistas. Polemizando com Zweig (1971a), Weeks (1969) argumentou que o marginalismo não seria inerentemente contra-revolucionário, mas sim que a posição de destaque dos economistas na sociedade estadunidense é que faria com que os posicionamentos contra-revolucionários dos pensadores de economia fossem selecionados, em detrimento daquelas ideias que advogavam uma profunda mudança social.

Sweezy (1970, p. 1-6) era outro autor que via no pensamento econômico fundamentalmente uma dicotomia entre a economia ortodoxa conservadora, ou “progressista” (*liberal*), e o marxismo, “revolucionário”. Argumentou que os ortodoxos compreendiam o “sistema social existente” como parte da “ordem natural das coisas”, idealizavam a “harmonia entre os interesses dos indivíduos, grupos, classes e nações”, investigavam “tendências em direção ao equilíbrio” e acreditavam que a mudança social era “gradual e não-disruptiva”. Já os marxistas compreenderiam a sociedade de forma radicalmente distinta: observariam a centralidade do “conflito de interesses”, as “tendências ao desequilíbrio”, a descontinuidade e a presença de forças “disruptivas e transformadoras do *status quo*”, que promoveriam mudanças “abruptas e frequentemente violentas”. Enquanto os primeiros seriam defendidos pelos “beneficiários da ordem social” vigente, os últimos seriam os cientistas dos “indivíduos e classes em revolta contra a ordem social existente”.

Behr *et al.* (1971, p. 26-28) argumentaram que a economia política radical era baseada e deveria continuar se baseando: 1. “no desenvolvimento da crítica da economia ortodoxa, especialmente destacando sua função de apologia do sistema capitalista”; 2. “no desenvolvimento de uma teoria revolucionária da economia política baseada em um método marxiano de análise”. Os autores inclusive enfatizaram que a principal missão do pensamento radical seria a luta revolucionária: “[c]omo radicais, vemos que o nosso papel principal nesta era é participar na luta pela mudança social revolucionária” (BEHR *et al.* 1971, p. 34). Os autores defendiam ainda que a economia radical desenvolvesse um pensamento crítico, voltado à defesa de seis propostas principais: “bem-estar material”; equidade na “distribuição de recursos”; capacidade de resposta das “instituições às necessidades humanas e às características históricas de uma sociedade”; desenvolvimento humano; “desenvolvimento comunitário” e harmonia da sociedade em relação ao “ambiente natural” (BEHR *et al.* 1971, p. 30-32).

As próprias orientações editoriais dos anos de 1973 e 1974, mencionadas anteriormente, estabeleceram a política de solicitar artigos que contribuíssem para a “transformação revolucionária da sociedade americana” (RRPE, 1973, p. ii) e para o entendimento e a elaboração de “estratégias vigentes e alternativas para a revolução na América e em outros lugares” (RRPE, 1974a, p. iii).

Refletindo acerca dos primórdios do movimento, Weisskopf (2018, 2014, p. 349) e Weeks (2018) argumentaram que os radicais procuravam se diferenciar tanto das visões conservadoras quanto do liberalismo reformista (progressista) keynesiano, que estava muito

presente nos governos da época. Procuravam defender ideias e posturas revolucionárias. As ideias keynesianas eram fortemente associadas ao ensino convencional de economia e também aos governos da época e suas políticas consideradas militaristas e imperialistas (SWEEZY, 1970; ZWEIG, 1971b; WEEKS, 2018).

Décadas depois, Reich (1993, p. 46-48) observa uma inflexão no pensamento radical provocada pelo sucesso da virada conservadora dos anos 1980 – caracterizada, no plano econômico, pelas políticas inicialmente rotuladas como “Reaganomics” –, que teria fortalecido teorias e políticas conservadoras (ligadas ao *mainstream*) e enfraquecido as progressistas (*liberal*). Nesse contexto, de ausência de perspectiva de um avanço socialista, os radicais se aproximaram ideologicamente dos economistas progressistas, passaram a teorizar as mudanças históricas do capitalismo, a considerar que “nem todas as economias capitalistas são iguais” e a defender “reformas social-democráticas” voltadas a promoção de “igualdade, democracia econômica e crescimento” (REICH, 1993).

Nas últimas décadas, após o colapso da URSS e a generalização da ideologia e de políticas neoliberais, a perspectiva socialista revolucionária vem sendo abandonada e os economistas radicais estadunidenses passaram a adotar posições de defesa de instituições de proteção social construídas na “era de ouro” do capitalismo e contrárias às reformas neoliberais, além de defenderem reformas para a promoção de melhores formas de capitalismo, “estruturas sociais de acumulação” mais progressistas (KOTZ, 2017; KOTZ, MCDONOUGH, 2010), possíveis de serem construídas por meio da perseguição de “objetivos social-democráticos mais moderados” (WEISSKOPF, 2014, p. 439-444). Em outras palavras, nos primórdios da economia radical americana, o posicionamento marxista revolucionário era muito frequente, enquanto na atualidade os posicionamentos políticos são muito mais reformistas, ou progressistas em geral, não havendo mais uma orientação unicamente socialista “no curto prazo” (WEISSKOPF, 2014, p. 444-445).

Entretanto, quando confrontados com as contradições estruturais do capitalismo, notadamente a contradição entre o imperativo do crescimento econômico e os limites ecológicos a esse mesmo crescimento, os economistas radicais argumentam que o capitalismo não poderá superá-las (WEISSKOPF, 2014, p. 445). Perguntando a si mesmo o quanto a palavra radical ainda expressa o tipo de pensamento econômico sendo desenvolvido por autores ligados à URPE, Weisskopf (2014, p. 446) argumenta que:

Eu responderia que a palavra radical ainda transmite várias características importantes que distinguem nosso trabalho do de nossos pares do *mainstream*. Partimos de uma concepção da boa sociedade que é radicalmente mais democrática, mais igualitária e mais solidária do que a do *mainstream*. Acreditamos que um progresso significativo em direção à boa sociedade exigirá mudanças radicais na estrutura da sociedade contemporânea, que é, em características fundamentais, inconsistente com o bem-estar humano. Nós nos vemos não como observadores e analistas imparciais da sociedade, mas como participantes engajados em um esforço para melhorá-la. E desejamos trabalhar principalmente não com aqueles que detêm as alavancas do poder, mas com aqueles que estão lutando na base para contestar o *status quo*. Reconheço que podemos ser radicais em todos esses sentidos, sem nos comprometermos a acreditar na necessidade de um confronto revolucionário com os poderes constituídos.

5. INSTITUCIONALIZAÇÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ECONOMIA RADICAL

A economia radical americana mantém várias das características fundamentais que a difere da economia convencional (de inspiração neoclássica): realismo, análise histórica e institucional, engajamento político e social, interdisciplinaridade, preocupação com a análise crítica das questões fundamentais do capitalismo contemporâneo e defesa da transformação social.

Os economistas radicais alcançaram relativo prestígio profissional ao longo dos anos 1970, conseguiram inserção em diversos departamentos de economia no país, mas muitas vezes foram preteridos, ou mesmo perseguidos, por economistas ortodoxos. Depois da década de 1960, graças aos movimentos pelos direitos civis, pelo fim da Guerra do Vietnã, pelo direito dos homossexuais e pelas reformas do *Great Society*, não era mais possível fazer, abertamente, uma “caça às bruxas” entre os economistas e a comunidade acadêmica procurou, então, estabelecer novas formas de controle sobre a disciplina. Entretanto, os economistas radicais continuaram tendo dificuldade de ocupar posições de destaque na academia e as perseguições a economistas heterodoxos continuaram, mesmo que de forma velada.

O caso mais famoso de dispensa de economistas radicais ocorreu com Bowles e MacEwan, em Harvard, no ano de 1972. Porém, muitos outros casos ocorreram: Stephen Hymer teve a efetivação negada por Yale em 1969-70, Michael Best não teve o contrato renovado na Universidade de Massachusetts em Amherst em 1972, Peter Bohmer foi demitido da Faculdade Estadual de San Diego em 1973, Ron Stanfield não foi recontratado pela Universidade Estadual de Idaho em 1973, David Landes, Gayle Southworth e Andy Parners foram trocados por economistas ortodoxos na Universidade Estadual de San Jose, Eugene Cole teve a efetivação negada na Faculdade St. Mary's em 1974 e Paddy Quick não teve o contrato renovado na Universidade de Massachusetts em Boston em 1975, mesmo ano em que Duncan Foley teve a efetivação negada em Stanford (LEE, 2009, p. 69).

Apesar de parte significativa da produção intelectual da economia política radical ser feita por autores ligados à Universidade de Harvard, nesta universidade apenas um professor radical era efetivo (Stephen Marglin) no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. No ano acadêmico de 1972-73, Samuel Bowles teve seu pedido de efetivação recusado, mesmo tendo recebido apoio de Galbraith, Leontief, Arrow e de grande parte dos estudantes (KATZNER, 2011, p. 71-72; MATA, 2009). Em virtude da negação de sua efetivação, Bowles viria a ser figura central na montagem de um centro de economia política radical na Universidade de Massachusetts, em Amherst, nos anos seguintes. De acordo com Katzner (2011, p. 113-118), Bowles negociou com a administração da Universidade de Massachusetts a contratação de um grupo radical de economistas, que consistia, além de Bowles, de Richard Edwards, Herbert Gintis, Steven Resnick e Richard Wolff.

Desde a década de 1970, a eliminação dos professores radicais dos quadros de professores dos principais departamentos de economia normalmente ocorre de forma velada. Frederic Lee (2009, p. 41-43) argumentou que uma forma eficaz de controle é o estabelecimento de rankings de periódicos e de departamentos, que teve início com William Moore, entre 1972 e 1973, procurando evitar o controle por parte de institucionalistas e outros economistas heterodoxos, do departamento de economia da Universidade de Houston. Os rankings passaram, nos anos 1980, a ser utilizados como uma forma pretensamente objetiva para decidir se um departamento deveria continuar a existir, ser reorganizado ou abolido, além de balizar promoções, efetivações e salários de professores. De modo geral, a diminuição ou eliminação do componente heterodoxo nos departamentos leva à uma posição superior nos rankings universitários americanos.

A despeito do fortalecimento da economia neoclássica nas últimas décadas e do pouco espaço que economistas radicais possuem atualmente nas universidades estadunidenses de maior prestígio, a economia radical se mantém ativa e atuante no país, em importantes departamentos com cursos de doutorado nessas instituições: *American University*, Universidade Estadual do Colorado, Universidade Estadual de Michigan, *New School University*, Universidade da Califórnia (Riverside), Universidade de Massachusetts (Amherst), Universidade de Massachusetts (Boston), Universidade do Missouri (Kansas City), Universidade de Utah (KIM, 2018a, p. 483-484; KAPPELLER, SPRINGHOLZ, 2016).

A economia radical americana também se faz presente em institutos de pesquisa e

think tanks atuantes, entre os quais: *Center for Popular Economics, Political Economy Research Institute, Center for Economic Policy Research, Center for Economic Policy Analysis, Global Development and Environment Institute, Economic Policy Institute, Center for American Progress, Institute for Policy Studies, AFL-CIO, New America Foundation, Institute for New Economic Thinking* (KIM, 2018a, p. 483-484; WEISSKOPF, 2014, p. 442).

Outra mudança significativa da economia radical teve início ainda nos anos 1970: o aumento da participação feminina. A segunda onda do feminismo foi um dos movimentos mais importantes da nova esquerda e impactou diretamente a economia radical. Grupos feministas foram formados e ganharam força, especialmente a partir de 1967, na SDS e em diversos movimentos ligados às universidades (COHEN, 2019). Em 1969 foi formado o Diretório das Mulheres (*Women's Caucus*) na URPE. O *Women's Caucus* tinha como objetivos unir as mulheres do movimento, combater a discriminação profissional e promover a investigação sobre a posição das mulheres na sociedade (MATA, 2005, p. 128-129). No início dos anos 1970, ocorreu uma significativa mobilização das mulheres demandando uma divisão das tarefas mais igualitária e papéis de destaque na URPE e na RRPE.

No ano de 1970, apenas uma mulher, Peggy Howard, estava presente entre os 15 membros do Comitê Editorial da RRPE, formado, além dela, por Frank Ackerman, Barry Bluestone, Peter Meyer, Frank Roosevelt, Ted Behr, Michael Reich, Richard Edwards, Ray Boddy, Mike Zweig, Jerry Peabody, Lenny Goldberg, Jay Mandle, Howard Wachtel e Howard Sherman (WACHTEL, 1970). Na conferência de verão de 1971 da URPE, as mulheres protestaram, demandando posições de destaque na URPE, na RRPE e na organização das conferências de verão, eventos nas quais as mulheres reclamavam da higiene das acomodações e da desigual divisão sexual das tarefas (COHEN, 2019). Laurie Nisonoff apresentou essas demandas, que inicialmente foram ignoradas por parte dos homens, o que ocasionou a saída em massa das mulheres da sala de conferência (COHEN, 2019, p. 89-92). Ainda no evento de verão de 1971, as demandas foram aceitas, o que foi refletido nas mudanças do Comitê Editorial da RRPE. No biênio de 1973-74, a participação feminina no órgão foi bastante ampliada. As mulheres eram 8 dos 23 membros do Comitê Editorial, ou seja, cerca de um terço¹¹. Cinquenta anos depois, a paridade quase foi alcançada, com os homens configurando 17 e as mulheres 15 representantes editoriais no ano de 2023. Desde 1972, sete números especiais da RRPE, com tema sobre as mulheres foram publicados nos anos de 1972, 1976, 1977, 1980, 1984, 1991 e 2001 (COHEN, 2019, p. 97).

Uma última mudança importante que a economia radical vem passando nas últimas décadas é a internacionalização do movimento. Se nas décadas de 1960 e 1970 a economia radical foi organizada e consolidada para refletir, em grande medida, acerca das contradições da sociedade estadunidense, nas últimas décadas a economia radical vem dialogando e se integrando às reflexões de uma rede internacional de colaboradores da economia marxista e da economia heterodoxa como um todo.

Um indicador da internacionalização da economia radical contemporânea é o perfil do corpo editorial da *Review of Radical Political Economics*. No biênio de 1973-1974, por exemplo, o corpo editorial da revista era composto por 23 pessoas, das quais apenas 1 trabalhava no Canadá e todas as demais trabalhavam nos Estados Unidos (cerca de 95% do total). Por sua vez, no ano de 2023, dos 32 membros do corpo editorial, 15 trabalham nos Estados Unidos (cerca de 47% do total), 7 no Reino Unido (quase 22% do total), 2 no México e 2 na Turquia. Havia ainda, no ano de 2023, um membro do conselho editorial radicado em cada um dos países a seguir: Canadá, Argentina, Austrália, China, Finlândia e Itália. Mais da metade do corpo editorial da revista (em torno de 53% do total) do ano de 2023 trabalhava em universidades fora dos Estados Unidos.

¹¹ As mulheres que participavam do Comitê Editorial eram Amy Bridges, Ann Davis, Sarah Elbert, Nancy Hancock, Martha McDonald, Laurie Nisonoff, Mary Stevenson e Lourdes Surkin (URPE, 1974b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia política radical americana, nascida dos movimentos da nova esquerda, se consolidou no final da década de 1960 e no início dos anos 1970, procurando construir alternativas à economia ortodoxa, de inspiração neoclássica e keynesiana. Os autores ligados à economia radical desenvolveram teorias procurando entender os graves problemas da sociedade estadunidense da época, entre os quais o racismo, o patriarcado, a alienação, a fragmentação da classe trabalhadora e o imperialismo.

Durante seus primeiros anos de desenvolvimento, o movimento da economia radical apresentava posições predominantemente marxistas e revolucionárias e era exclusivamente estadunidense. Da década de 1980 em diante, o movimento foi internacionalizado, passou a advogar posições predominantemente reformistas e tornou-se plural, abarcando, além dos marxistas, pós-keynesianos, institucionalistas, feministas, neoschumpeterianos e outros economistas heterodoxos. Apesar de os economistas radicais não terem construído um paradigma unificador do movimento, a economia radical permanece como uma alternativa vibrante ao *mainstream* da profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATTEWELL, P. **Radical political economy since the sixties**. New Brunswick, Rutgers University Press, 1984.

BEHR, T; GARLIN, V; MORRIS, J; ROEHL, R. Towards a radical political economics. **Review of radical political economics**, Vol. 3, No. 1, 1971.

BELLOFIORE, R. Money and development in Schumpeter. **Review of radical political economics**, Vol. 17, No. 1, 1985.

BOTTOMORE, T. **Críticos da sociedade: o pensamento radical na América do Norte**. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

BURKETT, P; WOHAR, M. Keynes on investment and the business cycles. **Review of radical political economics**, Vol. 19, No. 4, 1987.

CALVERT, G. National secretary's report: beyond the beloved community. **New Left Notes**, 25 de novembro de 1966.

COHEN, J. The radical roots of feminism in economics. **Research in the History of Economic Thought and Methodology: Including A Symposium on 50 Years of the Union for Radical Political Economics**, Vol. 37A, 2019.

COLOMBO, A. Radicalismo. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Vol. 2. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1998.

COUTROT, T. The American radicals: a subversive current at the heart of the empire. In: BIDET, J.; KOUVELAKIS, S. (Eds.). **Critical companion to contemporary Marxism**. Chicago: Haymarket Books, 2009

CYPHER, J. The liberals discover militarism. **Review of radical political economics**, Vol. 4, No. 1, 1972.

DUGGER, W. Radical Institutionalism: basic concepts. **Review of radical political economics**, Vol. 20, No. 1, 1988.

DUNN, B. Book Review: Keynes and the General Theory revisited. **Review of radical political economics**, Vol. 51, No. 2, 2019.

DUTT, A. Marxian/Post-Keynesian model with a rentier class. **Review of radical political economics**, Vol. 21, No. 3, 1989.

EDWARDS, R; REICH, M; WEISSKOPF, T (Orgs.). **The capitalist system**. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1972.

EVANGELISTA, R. Technology and economic development: the Schumpeterian legacy. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 50, No. 1, 2018.

FLECK, S. Union for Radical Political Economics. In: O'HARA (Ed.). **Encyclopedia of Political Economy**. Londres, Routledge, 1999.

GOLDSTEIN, J. The cyclical profit squeeze: a Marxian microfoundation. **Review of radical political economics**, Vol. 17, No. 1, 1985.

GOSSE, Van. **Rethinking the new left: an interpretative history**. Nova York, Palgrave Macmillan, 2005.

GUALERZI, D. Schumpeter's theory of economic development and the potential demand. **Review of radical political economics**, Vol. 26, No. 3, 1994.

HALE, E. Some implications of Keynes' General Theory of Employment, Interest, and Money. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 8, No. 4, 1976.

HARTWELL, C. Banks and finance in modern macroeconomics: a historical perspective. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 53, No. 1, 2021.

KAPPELLER, J.; SPRINGHOLZ, F. Heterodox economics directory. Disponível em: <http://www.heterodoxnews.com/hed/hed6.pdf>. Acesso em 02/03/2023 (2016).

KATZNER, D. **At the edge of Camelot: debating economics in turbulent times**. Nova York, Oxford University Press, 2011.

KIM, M. URPE at fifty: reflections on a half century of activism, community, debate (and a few crazy moments). **Review of radical political economics**, Vol. 50, No. 3, 2018a.

KIM, M. What is radical political economics? **Review of radical political economics**, Vol. 50, No. 3, 2018b.

KIRDINA, S. New systemic institutional approach for comparative political and economic analysis. **Review of radical political economics**, Vol. 45, No. 3, 2013.

KORITZ, D. Profit cycles, competition and the limits of regional policy. **Review of radical political economics**, Vol. 24, No. 2, 1992.

KOTZ, D. Social structure of accumulation theory, Marxist theory, and system transformation. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 49, No. 4, 2017.

KOTZ, D; MCDONOUGH, T. Global neoliberalism and the contemporary social structure of accumulation. In: MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D. **Contemporary Capitalism and its Crises: Social Structure of Accumulation Theory for the 21st Century**. Nova York, Cambridge University Press, 2010.

KRESL, P. Nikolai Bukharin on economic imperialism. **Review of radical political economics**, Vol. 5, No. 1, 1973.

LEE, F. **History of heterodox economics: challenging the mainstream in the twentieth century**. Nova York, Routledge, 2009.

LIAGOURAS, G. From heterodox political economy to generalized Darwinism: Geoffrey Hodgson's tensions in retrospect. **Review of radical political economics**, Vol. 48, No. 3, 2016.

LIPPIT, V. **Radical political economy: explorations in alternative economic analysis**. Nova York, M. E. Sharpe, 1996.

MALIZIA, E. A review of J.A. Kregel's *The Reconstruction of Political Economy: an Introduction to Post-Keynesian Economics*. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 7, No. 4, 1975.

MARANGOS, J. The Post-Keynesian perspective and policy recommendations for the Greek financial crisis. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 55, No. 3, 2023.

MATA, T. **Dissent in economics: making radical political economics and post Keynesian economics, 1960-1980**. PhD dissertation. London School of Economics, Department of Economic History, 2005.

MATA, T. **Migrations and boundary work: Harvard, radical economists, and the committee on political discrimination**. *Science in context*, Vol. 22, No. 1, 2009.

MAVROUDEAS, S. Social structures of accumulation, regulation approach and stages theory. In: MCDONOUGH, T.; REICH, M.; KOTZ, D.; GONZALES-PEREZ (Orgs.). **Growth and crises: social structure of accumulation theory and analysis**. Galway, National University of Ireland, 2006.

MCFARLAND, F. Thorstein Veblen versus the institutionalists. **Review of radical political economics**, Vol. 17, No. 4, 1985.

MCMILLIAN, J. Love letters to the future: REP, Radical America, and new left history. **Radical History Review**, Vol. 2000, No. 77, 2000.

MELLO FILHO, M. Desenvolvimento da escola das estruturas sociais de acumulação no

contexto da economia radical americana. **Economia e Sociedade**, Vol. 31, No. 1, 2022.

MOUHAMMED, A. Veblen's economic theory: a radical analysis. **Review of radical political economics**, Vol. 32, No. 2, 2000.

O'HARA, P. The Association for Evolutionary Economics and the Union for Radical Political Economics: general issues of continuity and integration. **Journal of Economic Issues**, Vol. 29, No. 1, 1995.

PENNER, D. The limits of radical institutionalism: a Marxian critique of Thorstein Veblen's political economy. **Review of radical political economics**, Vol. 43, No. 2, 2011.

REICH, M. Radical economics in historical perspective. **Review of radical political economics**, Vol. 25, No. 3, 1993.

REICH, M. Michael Reich. In: ARESTIS, P; SAWYER, M (Eds.). **A biographical dictionary of dissenting economists**. Cheltenham, Edward Elgar, 2000.

REICH, M; FINKELHOR, D. Capitalism and the "military-industrial" complex: the obstacles to "conversion". **Review of radical political economics**, Vol. 2, No. 4, 1970.

REP. **Radical Education Project**. Students for a Democratic Society. Disponível em: https://archive.org/details/haber_19660801-radical_education_project. Acesso em 15/05/2022, (1966).

RRPE. Statement of editorial policy for the Review of Radical Political Economics. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 5, No. 1, 1973.

RRPE. Revised statement of editorial policy for the RRPE. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 6, No. 1, 1974a.

RRPE. Members of editorial board, 1973-74. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 6, No. 2, 1974b.

RRPE. Editorial Policy. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 15, No. 4, 1983.

RRPE. Aims and scope. **Review of Radical Political Economics**. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/aims-scope/RRP>. Acesso em 25/03/2023.

ROSENBERG, J. The economic history of women in American. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 4, No. 3, 1972.

SALE, K. **SDS**. Nova York, Vintage Books, 1974.

SDS. **The Port Huron statement**. Students for a Democratic Society, 1962.

SDS. **Radical Education Project**. Disponível em: https://archive.org/details/haber_19660801-radical_education_project/mode/2up. Acesso em 25/04/2019 (1966).

SHERMAN, H. **Foundations of Radical Political Economy**. Londres, Routledge, 1987.

SOUSA, R. **A nova esquerda americana: de Port Huron aos Weathermen (1960-1969)**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2009.

SWEEZY, P. Toward a critique of economics. **Review of radical political economics**, Vol. 2, No. 1, 1970.

URPE. **General history of URPE**. Disponível em: www.urpe.org. Acesso em 14/06/2021.

URPE. **Radical economics: a prospectus**. Disponível em: www.urpe.org. Acesso em 14/06/2021 (1968).

WACHTEL, H. Note. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 2, No. 4, 1970.

WACHTEL, H. Remarks at URPE 40th anniversary. New Orleans, 3 de Janeiro de 2008. Disponível em: http://urpe.org/?page=about_urpe&side=urpe_history. Acesso em 15/06/2018 (2008).

WACHTEL, H. The Review of Radical Political Economics at its half century: a retrospective. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 50, No. 3, 2018.

WEEKS, J. Political economy and the politics of economists. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 1, No. 1, 1969.

WEEKS, J. Fifty years of radical economics: beginnings in Ann Arbor. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 50, No. 3, 2018.

WEISSKOPF, T. Capitalism, underdevelopment and the future of the poor countries. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 4, No. 1, 1972.

WEISSKOPF, T. The origins and evolution of radical political economics. Apresentação na conferência **A new insurgency: the Port Huron statement in its time and ours**, 25 de setembro de 2012, Disponível em: <https://sites.lsa.umich.edu/tomweisskopf/2015/08/10/the-origins-and-evolution-of-radical-political-economics>. Acesso em 25 de junho de 2018 (2012).

WEISSKOPF, T. Reflections on 50 years of Radical Political Economy. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 46, No. 4, 2014.

WEISSKOPF, T. Reminiscences on the early years of URPE. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 50, No. 3, 2018.

WYCKO, B. The work shortage: class struggle and capital reproduction. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 7, No. 2, 1975.

ZWEIG, M. New left critique of economics. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 3, No. 2, 1971a.

ZWEIG, M. Bourgeois and radical paradigms in economics. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 3, No. 2, 1971b.